



Dilma não quer conselho

PODER Por ordem da presidente, o "Conselhão" criado por Lula está à beira da extinção

POR RODRIGO MARTINS

CRIADO PELO presidente Lula em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), apelidado de "Conselhão", está abandonado. Composto de ministros, empresários, industriais, representantes de bancos, sindicalistas, líderes de movimentos sociais e acadêmicos, o heterogêneo grupo de assessoramento da Presidência paulatinamente perdeu espaço no governo Dilma Rousseff e não se reúne há mais de um ano.

O Conselhão deveria realizar quatro plenárias anuais, mas a última ocorreu em 5 de junho de 2014. Os mandatos de todos os 90 conselheiros da sociedade civil estão vencidos desde o ano passado e não foram renovados. Alguns receberam convites para retornar às atividades em fevereiro des-

te ano, mas acabaram esquecidos. Na prática, o grupo está dissolvido. "Fico até desconfortável para falar a respeito, porque os nossos mandatos terminaram há mais de um ano. Que eu saiba ninguém foi reconduzido. A rigor, não existem mais conselheiros", diz Humberto Mota, presidente da Dufry Brasil e dirigente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Até 2014, o empresário integrava o comitê gestor.

"No início de sua gestão, Dilma ainda usava esse fórum, mas não com a mesma disposição de Lula", emenda o advogado Murillo de Aragão, conselheiro desde 2007 e presidente da empresa de consultoria Arko Advice. "A impressão é que o governo ficou mais isolado com o Aloizio Mercadante na Casa Civil. Já não era muito aberto, mas se fechou ainda mais



Aragão, da Arko Advice...

O grupo serviu antes como um ponto de estabilidade



... e Tânia Bacelar lamenta





Esvaziado ano a ano,
até praticamente se
tornar inativo



Seu País

para o diálogo. Trata-se de um erro grotesco de avaliação. Diante da atual crise, o Conselho poderia ter um papel muito importante para discutir as medidas do ajuste fiscal, construir um consenso, propor uma agenda modernizadora, mas em nenhum momento foi acionado.”

Ao longo dos dois mandatos de Lula, o conselho participou ativamente da elaboração de diversas políticas públicas. Contribuiu para as reformas tributária e previdenciária, criou incentivos para as micros e pequenas empresas, participou da concepção do Programa Minha Casa Minha Vida e propôs inovações na política de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, além de formular uma Agenda Nacional de Desenvolvimento. O grupo também não se furtou a contribuir com o governo nos períodos mais turbulentos, na política e na economia.

Em setembro de 2005, no auge da crise do “mensalão”, 39 conselheiros assinaram uma moção no qual pediam para os parlamentares colocar “o interesse do País aci-

Um grupo seletivo de conselheiros se reunia com Lula toda semana

ma das questões partidárias e pessoais”. Propuseram ainda uma reforma política para a superação do impasse instalado no Congresso. O documento acabou subscrito por empresários como Abilio Diniz, Jorge Gerdau, Roger Agnelli, Paulo Skaf e até mesmo pelo tucano Horácio Lafer Piva.

O conselho voltou a ter protagonismo na crise financeira internacional de 2008. O governo incorporou diversas sugestões para proteger a economia nacional dos efeitos da recessão na Europa e nos Estados Unidos. Por iniciativa do grupo, pela primeira vez os presidentes do Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES reuniram-se para definir uma política conjunta, que resultou na diminuição do *spread*

bancário das instituições financeiras públicas. O setor privado viu-se compelido a seguir a tendência e baixar os juros.

À época, Lula também se reunia com um grupo menor de conselheiros para discutir os rumos do Brasil toda segunda-feira, recorda a economista Tânia Baceilar, professora da Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Conselho desde 2004. “O grupo funcionava como uma espécie de caixa de ressonância. Ouvia o governo, mas opinava. Identificava os setores mais afetados, onde a crise batia, além de propor sugestões para a política econômica”, recorda a economista. “A isenção do IPI da linha branca foi uma ideia apresentada por esse comitê menor que se reunia com o presidente.”

Ao nascer, em 2003, o conselho era uma secretaria especial com status de ministério. Dois anos depois acabou vinculado à estrutura da recém-criada Secretaria de Relações Institucionais. Em 2011, Dilma decidiu transferi-lo para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, à época sob a chefia

MENOS PT, MAIS PMDB

VIANNA: “SERIA MELHOR TER PERDIDO A ELEIÇÃO”

Em uma articulação para tentar afastar de vez o fantasma do *impeachment*, a presidente Dilma Rousseff comandou várias negociações com partidos e parlamentares nos últimos dias. O esforço foi bem-sucedido. Ao conseguir manter a maioria dos vetos presidenciais às pautas-bombas armadas pelo próprio Congresso, o Palácio do Planalto colheu uma vitória como há tempos não se via. De quebra, as conversas tiveram o efeito de reduzir o ímpeto de quem aposta no *impeachment*. Ao menos por enquanto.

Se a presidente tem motivos para respirar aliviada, o mesmo

não se pode dizer do PT. Ou do partido como um todo. Há semanas é possível ouvir, em conversas ao pé do ouvido, lamúrias de integrantes da legenda sobre o futuro do governo e o fardo de ocupar o Palácio do Planalto. Um deles resolveu desabafar abertamente. “Para salvar o governo, a única solução é piorar o governo. Seria melhor ter perdido a eleição”, afirma Jorge Viana, vice-presidente do Senado.

O pessimismo dos petistas nasce de um drama existencial. Fragilizada e distante dos movimentos sociais inconformados com o ajuste fiscal, diz um ex-



O senador do PT
vê uma rendição
ao conservadorismo

-colaborador de Dilma e de Lula, a presidente só tem uma saída: ceder aos conservadores. É direita, volver. Não seria melhor, então, estar na oposição a uma gestão Aécio Neves, atacar o ajuste que ele certamente faria e ver o tucano embaraçado pe-

lo envolvimento dos governistas de sempre na Operação Lava Jato e hoje aliados ao PT?

Enquanto o partido da presidente se consome, o governo faz concessões aos conservadores. No início do mês, uma portaria do Ministério da Edu-



"A rigor não existem mais conselheiros", lamenta Mota

ARI KAYE/JCOM/DIA PRESS, MARCELO CAMARGO/ABR E GERALDO MAGELA

do peemedebista Moreira Franco. A mudança gerou desconforto entre os conselheiros. No fim de 2013, o grupo de assessoramento acabou incorporado ao gabinete da Casa Civil. Pela importância da pasta, imaginava-se que a estrutura voltaria a ganhar força. Engano. Desde a posse de Mercadante, o fórum aos poucos foi sepultado.

O desprestígio é evidente. Do modes-

to orçamento de 1 milhão de reais previsto para 2015, apenas 164,3 mil reais foram empenhados até o momento, revela uma pesquisa no sistema de execução orçamentária da Presidência. Como os conselheiros não são remunerados, o valor é usado para organizar seminários, reuniões de grupos de trabalho e para o custeio de passagens aéreas e hospedagem de

conselheiros que não moram em Brasília, embora a maioria dos empresários prefira pagar as despesas do próprio bolso. Em 16 de setembro, a entidade recebeu uma premiação da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais, que congrega mais de 70 países. Nenhum representante brasileiro foi receber a homenagem no evento realizado em Moscou.

"Tenho esperança de que, passada essa turbulência política, o Conselhão seja reativado. Até porque, neste momento, não sei nem se seríamos capazes de contribuir tanto, pois temos um cenário muito tensionado", avalia Jorge Nazareno Rodrigues, dirigente da Força Sindical e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. Segundo Rodrigues, um dos principais méritos do fórum era estimular o debate entre forças antagônicas, que dificilmente estariam abertas ao diálogo em outros ambientes.

Por meio da assessoria de imprensa, a Casa Civil informou que Dilma continua a considerar o conselho uma "importante instância consultiva".

cação criou um Comitê de Gênero para propor ideias para enfrentar o preconceito a partir da educação. Na segunda-feira 21, veio o recuo. O comitê agora será de Combate à Desigualdade, definição sem o mesmo poder simbólico. O passo atrás foi dado após o governo negociar uma trégua anti-impeachment com dois expoentes da bancada evangélica, os deputados Marco Feliciano (PSC) e João Campos (PSDB).

Outro exemplo é a reforma ministerial. Dilma planeja juntar pastas da área social em uma só. Em compensação, após resistir à pressão do PMDB durante o primeiro mandato, agora aceita dar ao partido o Ministério da Saúde, dono de um orçamento de 100 bilhões de reais por ano. Um dos favoritos

para o cargo é o deputado Manoel Junior, da Paraíba, espécie de laranja do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, desafeto da presidente. E mais: ferrenho crítico do Programa Mais Médicos. Manoel Junior substituiria o petista Arthur Chioro.

Para negociar com o PMDB, Dilma elegeu um novo interlocutor na sigla, o líder da bancada na Câmara, Leonardo Picciani, do Rio de Janeiro. O flerte começou há algum tempo. Em conversas reservadas com emissários do Planalto, o deputado sempre deixou claro não dever na da a Cunha. Teria feito sua campanha sem ter rece-

bido um tostão do maior mecenato de Brasília.

Picciani é também um dos responsáveis por Dilma estar convencida de que o vice-presidente, Michel Temer, e seu escudeiro Eliseu Padilha ministro da Aviação Civil conspiraram contra ela. Ambos teriam se aproveitado dos quatro meses no leme político do Planalto para negociar a distribuição de cargos federais conforme os interesses da dupla. Nada de compromisso contra o impeachment. Picciani teria feito chegar a Dilma um vídeo comprometedor para Padilha, disseram a Carta



Picciani se aproxima da presidente

Capital dois vice-líderes do governo na Câmara.

Graças às negociações com os deputados do PMDB, o Planalto conseguiu na terça-feira 22 manter vetos presidenciais a leis que ampliariam o rombo das contas públicas se entrassem em vigor. Nas contas do Ministério do Planejamento, a derrubada dos vetos implicaria 23 bilhões de reais de despesas extras no ano que vem e 127 bilhões, em 2019. No entanto, o mais polêmico dos vetos ainda espera por votação. É a lei que dá até 78% de reajuste aos servidores do Poder Judiciário. Se o não presidencial for suspenso, o gasto adicional será de 5 bilhões de reais, em 2016, e de 36 bilhões, em 2019.